

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DO PREFEITO MUNICIPAL

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES ECONÔMICO-FINANCEIRAS DE 2014

Senhor Presidente, Senhores Vereadores:

Apraz-nos sobre modo apresentar a Vossas Senhorias o Balanço Geral da Administração Direta da Prefeitura Municipal de Ibirubá, correspondente ao exercício de **2014**, acompanhado da presente exposição de motivos, que visa demonstrar a situação econômica e financeira do Município, na forma regulamentada pelo Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

1. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1.1. ORÇAMENTO

A Lei de Meios estimou a receita para o exercício de 2014 em **R\$ 46.470.000,00** e fixou a despesa também em igual valor.

Entretanto, com a abertura de créditos adicionais no decorrer do exercício, como igualmente as transferências de créditos especiais, este montante sofreu alterações, como demonstrado a seguir:

QUADRO 1 – DESPESA AUTORIZADA NO EXERCÍCIO 2014

DESPESA FIXADA	R\$	46.470.000,00
Créditos Suplementares por Superávit Financeiro	R\$	3.312.369,35
Créditos Suplementares por excesso de arrecadação	R\$	1.587.475,23
Créditos Suplementares por redução de verba	R\$	6.879.467,41
Créditos Suplementares por Auxílios e Convênios	R\$	4.223.535,14
Créditos Especiais por Redução de Verba	R\$	70.000,00

(-) Reduções Orçamentárias	R\$	6.949.467,41
Valor das alterações orçamentárias realizadas	R\$	9.123.379,72
TOTAL DESPESA AUTORIZADA	R\$	55.593.379,72

No decorrer do exercício examinado, foram autorizados créditos adicionais, que somaram **R\$ 16.072.847,13**, utilizando-se os recursos abaixo discriminados, tudo em conformidade com o Art. 43 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964:

QUADRO 2 – ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS NO EXERCÍCIO 2014

Créditos Suplementares por Superávit Financeiro	R\$	3.312.369,35
Créditos Suplementares por excesso de arrecadação	R\$	1.587.475,23
Créditos Suplementares por redução de verba	R\$	6.879.467,41
Créditos Suplementares por Auxílios e Convênios	R\$	4.223.535,14
Créditos Especiais por Redução de Verba	R\$	70.000,00
TOTAL DOS CRÉDITOS ABERTOS NO EXERCÍCIO	R\$	16.072.847,13

Foram relacionados em anexo os créditos adicionais abertos durante o período, cuja cópia acompanha o presente relatório.

1.2. RECEITA

A receita efetivamente arrecadada foi de **R\$ 49.713.126,48**, verificando-se, portanto, uma arrecadação a maior de **R\$ 3.243.126,48** com relação à receita inicialmente prevista.

O comportamento da receita orçamentária do exercício em análise traduz-se no quadro abaixo:

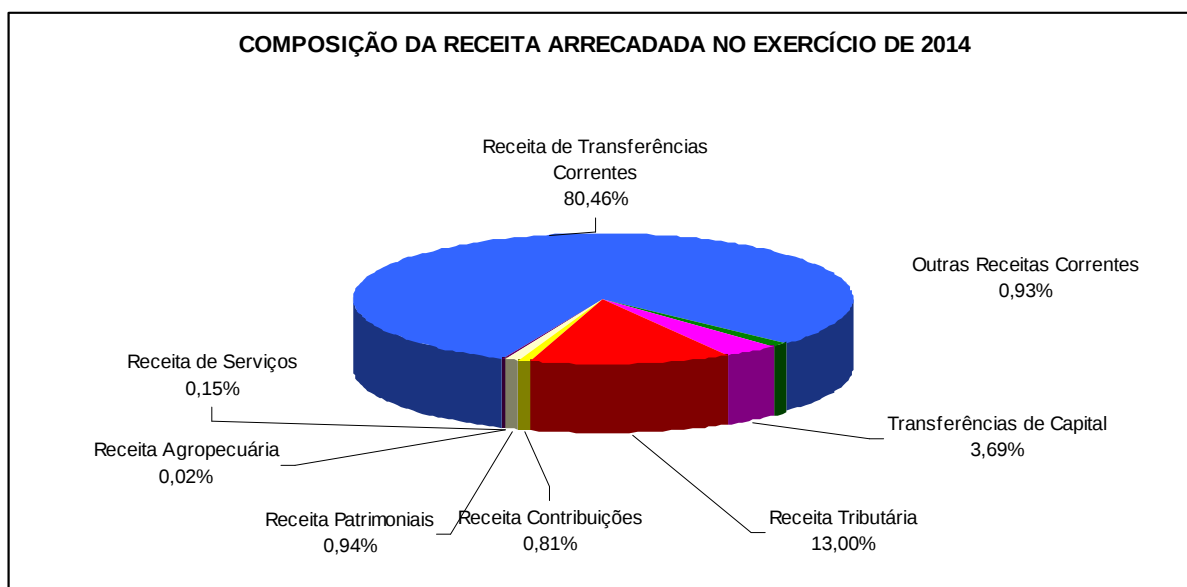
QUADRO 3 – RECEITAS ARRECADADAS NO EXERCÍCIO 2014

DESCRIÇÃO DA CONTA	RECEITA PREVISTA	RECEITA ARRECADADA	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES	53.500.539,91	54.403.488,98	902.949,07
Receita Tributária	7.587.157,90	7.345.106,44	-242.051,46

Receita Contribuições	550.000,00	455.652,10	-94.347,90
Receita Patrimoniais	180.913,90	529.152,56	348.238,66
Receita Agropecuária	18.000,00	10.263,60	-7.736,40
Receita de Serviços	70.264,70	86.234,73	15.970,03
Receita de Transferências Correntes	44.378.446,70	45.451.238,45	1.072.791,75
Outras Receitas Correntes	715.756,71	525.841,10	-189.915,61
RECEITAS DE CAPITAL	16.500,00	2.083.123,37	2.066.623,37
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis e Imóveis	16.500,00	0,00	-16.500,00
Transferências de Capital	0,00	2.083.123,37	2.083.123,37
SUBTOTAL	53.517.039,91	56.486.612,35	2.969.572,44
(-)DEDUÇÕES DA RECEITA	7.047.039,91	6.773.485,87	-273.554,04
TOTAIS	46.470.000,00	49.713.126,48	3.243.126,48

As transferências correntes recebidas da União e do Estado, no montante de **R\$ 45.451.238,45**, correspondem a **80,46%** do total arrecadado. As receitas tributárias, por sua vez, representam **13,00%** do total da receita arrecadada no exercício de 2014. A composição da receita do Município, desconsiderando-se as deduções, é verificada mais facilmente através do gráfico abaixo:

GRÁFICO 1 – COMPOSIÇÃO DA RECEITA ARRECADADA NO EXERCÍCIO DE 2014



O comportamento da receita realizada nos três últimos exercícios, distinguindo-se as receitas próprias, foi o seguinte:

QUADRO 4 – EVOLUÇÃO DA RECEITA NOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIOS (2012 A 2014)

EXERCÍ- CIO	RECEITAS PRÓPRIAS	RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS¹	TOTAL DAS RECEITAS²	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	RECEITA LÍQUIDA	EVOLUÇÃO DAS RECEITAS
2012	6.521.565,52	35.387.270,34	41.908.835,86	5.129.238,94	36.779.596,92	-
2013	9.299.475,73	42.150.428,97	51.449.904,70	5.898.725,92	45.551.178,78	23,85%
2014	8.952.250,53	47.534.361,82	56.486.612,35	6.773.485,87	49.713.126,48	9,14%

1 Valor das transferências correntes e de capital, não sendo consideradas as deduções ocorridas.

2 Valor total das receitas não consideradas as deduções ocorridas.

Analisando o quadro acima, pode-se identificar um pequeno decréscimo nas receitas próprias em comparação com o total da receita arrecadada. Esta variação decorre, em parte, de pequena frustração verificada nas receitas tributárias, em especial na arrecadação do IPTU.

1.3 DESPESA

A despesa orçamentária inicialmente autorizada em Lei foi de **R\$ 46.470.000,00** e mediante abertura de créditos adicionais alcançou o valor de **R\$ 55.593.379,72**.

A despesa realizada alcançou a cifra de **R\$ 42.644.711,66** importância que se distribuiu da seguinte forma:

QUADRO 5 – DESPESAS REALIZADAS NO EXERCÍCIO 2014

DESCRIÇÃO	AUTORIZADA¹	DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADA	DIFERENÇA ENTRE DESPESA AUTORIZADA E DESPESA EMPENHADA
DESPESAS CORRENTES	40.897.327,03	39.017.279,01	38.994.847,24	1.880.048,02
Pessoal e Encargos Sociais	19.083.890,88	18.870.369,33	18.870.369,33	213.521,55
Juros e Encargos da dívida	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	21.813.436,15	20.146.909,68	20.124.477,91	1.666.526,47
DESPESAS DE CAPITAL	11.609.153,06	8.483.673,31	8.340.274,62	3.125.479,75

Investimentos	9.640.187,14	6.531.657,22	6.388.258,53	3.108.529,92
Inversões Financeiras	1.309.965,92	1.309.965,92	1.309.965,92	0,00
Amortização de Dívida	659.000,00	642.050,17	642.050,17	16.949,83
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	3.086.899,63	3.077.871,30	3.077.871,30	9.028,33
T O T A I S	55.593.379,72	50.578.823,62	50.412.993,16	5.014.556,10

1 A despesa autorizada é o resultado do valor constante no orçamento e as variação decorrentes de reduções e suplementações realizadas através de créditos adicionais especiais e suplementares.

Analisando a despesa empenhada, verifica-se que a maior concentração de dispêndios financeiros está no grupo de outras despesas correntes, seguido de despesa com pagamento de pessoal, que representam **39,83%** e **38,31%**, respectivamente, do total das despesas empenhadas. Os investimentos realizados, incluindo inversões financeiras, obras e aquisição de equipamentos e material permanente somam **R\$ 7.841.623,14**, o que representa **15,50%** do total das despesas empenhadas no exercício de 2014.

O comportamento da despesa empenhada nos três últimos exercícios de acordo com a categoria econômica é apresentado a seguir:

QUADRO 6 – EVOLUÇÃO DA DESPESA POR CATEGORIA ECÔNOMICA NOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIOS (2012 A 2014)

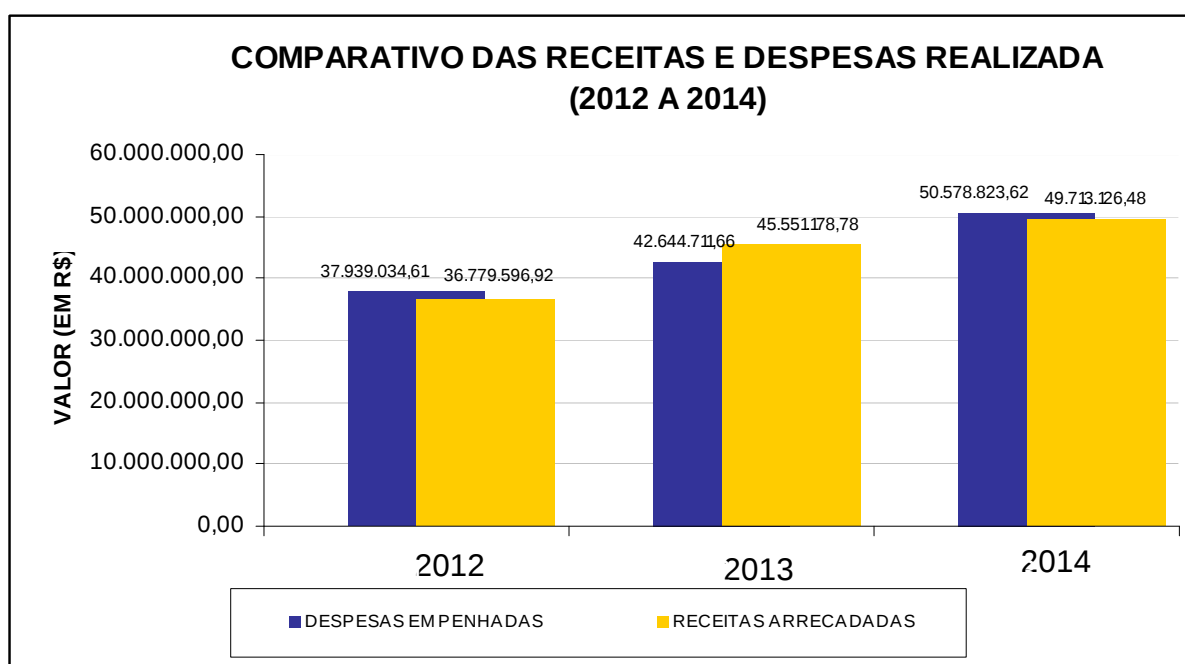
EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS				EVOLUÇÃO DAS DESPESAS
	DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	TOTAL DAS DESPESAS	
2012	29.905.851,48	5.855.370,32	2.177.812,81	37.939.034,61	
2013	34.325.952,04	5.712.568,77	2.606.190,85	42.644.711,66	12,40%
2014	39.017.279,01	8.483.673,31	3.077.871,30	50.578.823,62	18,61%

Com base nos dados expostos acima, verifica-se que nos últimos três exercícios (2012 a 2014), a receita do Município cresceu **35,16%** passando de **R\$ 36.779.596,92** no ano de

2012 para **R\$ 49.713.126,48**. A variação da despesa empenhada no mesmo período foi de **33,32%**, passando de **R\$ 37.939.034,61** para **R\$ 50.578.823,62**.

O comportamento das receitas e despesas no período de 2012 a 2014 pode ser verificado através do gráfico abaixo:

GRÁFICO 2 – COMPARATIVO DA RECEITA ARRECADADA E DA DESPESA EMPENHADA NOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIOS (2012 A 2014)



2. GESTÃO FINANCEIRA ECONÔMICA

2.1 BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro constitui-se em peça básica para demonstração da gestão financeira desenvolvida ao longo de um período, uma vez que julga as operações de receita e

despesa orçamentária, além daquelas que por sua natureza independem da autorização da Lei de Meios, com os saldos em espécie no início e no final do exercício.

As operações se processaram conforme o demonstrativo a seguir:

QUADRO 7 – RESUMO DAS MOVIMENTAÇÕES FINANCEIRAS NOS EXERCÍCIO DE 2013 E 2014

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013
SALDO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	4.239.190,44	1.856.729,60
INGRESSOS DE RECURSOS	56.163.847,88	51.201.577,87
Receita Orçamentária	49.713.126,48	45.551.178,78
Receita Extra-Orçamentária	6.450.721,40	5.650.399,09
DISPÊNDIOS REALIZADOS	56.465.352,07	48.819.117,03
Despesa Paga no Exercício	49.555.866,18	42.056.472,33
Pagamento de Restos a Pagar	588.239,33	1.120.431,68
Extra-Orçamentária	6.321.246,56	5.642.213,02
SALDO NO FINAL DO EXERCÍCIO	3.937.686,25	4.239.190,44
COMPOSIÇÃO DAS DISPONIBILIDADES EM 31/12/2014		
RECURSO LIVRE	1.845.194,27	
RECURSOS VINCULADOS	2.092.491,98	
TOTAL	3.937.686,25	

O saldo das disponibilidades financeiras registrado em 31/12/2014, de **R\$ 3.937.686,25** acima especificado, confere com o constante no ativo disponível do balanço patrimonial.

2.2. BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial deve expressar qualitativa e quantitativamente o patrimônio do Município, demonstrando a situação dos bens, direitos e obrigações em determinado momento, considerando a origem dos recursos a disposição da Fazenda Pública Municipal.

A situação do patrimônio do Município, segundo este balanço é a seguinte:

QUADRO 8 – COMPOSIÇÃO PATRIMONIAL

CONTAS DO ATIVO	VALOR
CIRCULANTE	5.373.291,70
Caixa e equivalentes de caixa	3.937.686,25
Créditos a curto prazo	574.189,72
Demais créditos e valores a curto prazo	248.584,89
Investimentos e aplicações temporárias	119.698,80
Estoques	493.132,04
NÃO CIRCULANTE	21.154.391,44
Realizável a longo prazo	1.104.646,99
Investimentos	68.661,68
Imobilizado	19.981.082,77
Bens Móveis	8.549.215,47
Bens Imóveis	12.089.592,97
(-) Depreciação acumulada	-657.725,67
TOTAL DO ATIVO	26.527.683,14
CONTAS DO PASSIVO	VALOR
CIRCULANTE	3.406.986,19
Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais	1.419.400,81
Empréstimos e financiamentos a curto prazo	250.000,08
Fornecedores e contas a pagar a curto prazo	1.307.818,17
Obrigações fiscais a curto prazo	107.176,19
Demais obrigações a curto prazo	322.590,94
Consignações	241.305,45
Cauções e garantias	81.285,49
NÃO CIRCULANTE	2.759.966,72
Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais	2.083.980,63

Empréstimos e financiamentos a longo prazo	624.999,88
Obrigações fiscais a longo prazo	50.986,21

TOTAL DO PASSIVO	6.166.952,91
-------------------------	---------------------

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	VALOR
Patrimônio social	19.094.982,94
Ajuste de avaliação patrimonial	-6.239,40
Resultados acumulados	1.271.986,69
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20.360.730,23

2.3 DÍVIDA PÚBLICA

2.3.1 Dívida Fundada

A dívida fundada compreende compromissos contraídos para empreendimento de obras, obrigações com precatórios judiciais, parcelamentos de obrigações fiscais como débitos com a previdência e com o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público-PASEP. Em 31/12/2014, o somatório destas dívidas foi de **R\$ 3.354.064,15**, conforme o quadro demonstrativo abaixo:

QUADRO 9 – DEMONSTRATIVO DO MOVIMENTO DA DÍVIDA CONSOLIDADA 2014

DESCRIÇÃO	SALDO EM 31/12/2013	(+) NOVAS DÍVIDAS CONTRAÍDAS NO EXERCÍCIO	(-) AMORTIZA- ÇÕES NO EXERCÍCIO	(+/-) AJUSTES REALIZA- DOS	SALDO EM 31/12/2014
PARCELAMENTO INSS 240 MESES	2.884.465,09	0,00	202.113,03	-453.852,06	2.228.500,00
PARCELAMENTO INSS 60 MESES	0,00	104.605,80	12.204,01	0,00	92.401,79
PARCELAMENTO PASEP 130 MESES	195.191,90	0,00	55.198,44	-73.828,26	66.165,20

PARCELAMENTO PASEP 120 MESES	271.398,07	0,00	26.466,00	-152.934,87	91.997,20
FINANCIAMENTO BADESUL 48 MESES	1.000.000,00	0,00	125.000,04	0,00	874.999,96
FINANCIAMENTO PROVIAS/FINAME	21.819,46	0,00	21.819,46	0,00	0,00
TOTAL	4.372.874,52	104.605,80	442.800,98	-680.615,19	3.354.064,15

Esta dívida representava **9,59%** do total da receita arrecadada em 2013 e atualmente representa **6,74%** sobre a receita arrecadada do exercício de 2014.

Os ajustes realizados no exercício em análise referem-se à diferença entre o valor contábil existente e o valor a ser amortizado no futuro. Cabe destacar que os juros e encargos incidentes sobre a operação são lançados diretamente no resultado do exercício, não estando, portanto, computados no quadro da dívida acima demonstrado.

2.3.1 Dívida Flutuante

A dívida fluante compreende os restos a pagar, excluídos os serviços de dívida, os serviços de dívidas a pagar, os depósitos e os débitos de tesouraria, compreendendo, em regra, todos os compromissos exigíveis em prazo inferior a 12 meses. A dívida fluante do Município é de **R\$ 1.630.409,11** e encontra-se assim configurada:

QUADRO 10 – DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE 2014

DESCRIÇÃO	VALOR
Restos a pagar processados	857.126,98
Consignações	241.305,45
Cauções	81.285,49
Aquisições parceladas	446.376,48
Outras contas a pagar	4.314,71
TOTAL	1.630.409,11

O comportamento desta dívida no exercício de 2014 apresenta a seguinte situação:

QUADRO 11 – RESUMO DO MOVIMENTO DA DÍVIDA FLUTUANTE DO MUNICÍPIO 2014

DESCRIÇÃO	VALOR
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	780.497,26
(+)Nova Formação da Dívida	57.315.263,92
(-)Amortização no Exercício	56.465.352,07
(=)SALDO DESTA DÍVIDA	1.630.409,11

2.4. VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

As situações experimentadas pelo patrimônio do Município estão demonstradas no balanço econômico da municipalidade, e, analisadas, podem ser assim traduzidas:

QUADRO 12 – RESULTADOS ORÇAMENTÁRIO E PATRIMONIAL 2014

DESCRIÇÃO	VALOR
(+)Receita Orçamentária	49.713.126,48
(=)SUBTOTAL	49.713.126,48
(+)Despesa Orçamentária Empenhada	50.578.823,62
(=)SUBTOTAL	50.578.823,62
SUPERÁVIT PATRIMONIAL GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	-865.697,14
(+)Variações Aumentativas	53.602.397,97
(-)Variações Diminutivas	58.892.172,75
(=) RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO	-5.289.774,78

O resultado orçamentário demonstrado acima evidencia que a arrecadação de receitas em 2014 não foi suficiente para cobrir as despesas empenhadas. Este déficit foi coberto por reservas financeiras de outros exercícios, o que explica a redução das disponibilidades de

caixa. Também, deve ser considerado o aumento no valor de restos a pagar inscritos em 2014 se comparados com o montante do exercício de 2013.

Com relação ao resultado patrimonial do exercício de 2014, é salutar destacar que a convergência da contabilidade pública aos padrões internacionais impôs novas técnicas para o registro das variações patrimoniais, como, por exemplo, a provisão para despesas trabalhistas (férias e 13º salário), provisões e ajustes para perdas prováveis na realização dos ativos e a necessária evidenciação do valor dos bens móveis e imóveis do Município, que, até então, não haviam sido reavaliados e não vinham registrando as despesas com depreciação. Por conta do registro dessas e de outras variações, o resultado patrimonial acabou apresentando valor negativo, o que se justifica pela melhor apresentação da composição do patrimônio da entidade.

3. GASTOS COM EDUCAÇÃO E SAÚDE

3.1 MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE

Com relação aos gastos com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE, o Município despendeu, no exercício de 2014, o valor de **R\$ 10.966.430,60**, o qual representa **27,40%** das receitas resultante de impostos, compreendidas as transferências constitucionais, que totalizou **R\$ 40.023.787,82**, atendendo ao disposto no artigo 212 da Constituição Federal, conforme quadro abaixo:

QUADRO 13 – DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DE RECURSOS EM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – MDE EM 2014

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Receita de Impostos e Transferências	40.023.787,82
Total das Despesas Liquidadas no Órgão 06 – Secretaria de Educação, Cultura, Turismo e Desporto	13.969.550,19
(-) Plus do FUNDEB	486.798,35

(-) Receitas de Aplicações Financeiras do FUNDEB	38.876,77
(-) Despesas não consideradas para apuração dos gastos com educação	2.477.444,47
(=) Valor Total Aplicado	10.966.430,60
Mínimo de 25% das Receitas Resultantes de Impostos em MDE (valor em %)	27,40%

3.2 FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB

Quanto ao cumprimento da Lei Federal 11.494/07 de 20 de junho de 2007, em vigor desde janeiro de 2008, referente à aplicação de uma parcela não inferior a 60% dos recursos do FUNDEB na remuneração dos profissionais da educação no ensino fundamental, pré-escolar e infantil público, no exercício de 2014, verificou-se a aplicação de **65,62%**, conforme demonstrativo:

QUADRO 14 – DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DE RECEITAS DO FUNDEB EM PAGAMENTO DE PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO EM 2014

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Receita recebida do FUNDEB	7.084.868,03
Pagamentos dos profissionais do Magistério	4.649.077,26
% FUNDEB PARA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO (valor em %)	65,62%

3.3 AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - ASPS

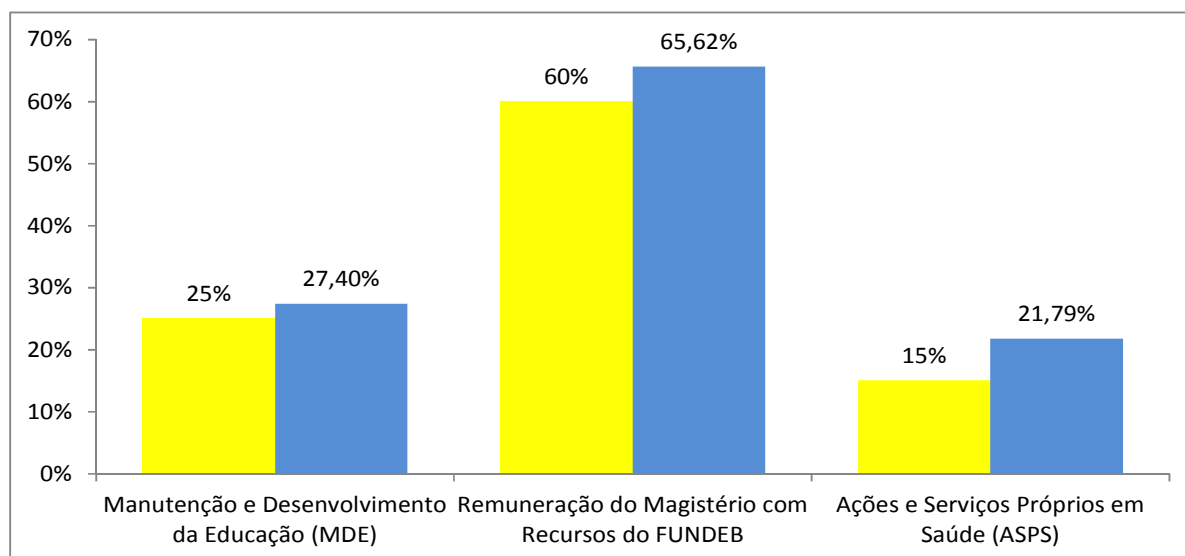
O Município realizou gastos computáveis como de aplicação dos recursos vinculados às Ações e Serviços Públicos de Saúde - ASPS, no valor de **R\$ 8.603.906,31**, montante que confrontado com a receita da arrecadação de impostos municipais e das transferências constitucionais, atingiu o percentual de **21,79%**, no exercício de 2014.

QUADRO 15 – DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DE RECURSOS EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS EM SAÚDE – ASPS EM 2014

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Total das Receitas de Impostos	39.487.581,84
Valor Mínimo a Ser Aplicado em ASPS	5.923.137,28
DESPESAS REALIZADAS	
(+) Total das Despesas Contabilizadas na Função 10 - Saúde	12.116.319,92
(-) Despesas não Computáveis (financiadas com outras fontes de receitas)	3.512.413,61
(=) Total Aplicado	8.603.906,31
Índice de Aplicação	21,79%

Verifica-se, com base nos quadros apresentados acima, que o Município de Ibirubá atendeu as índices mínimos de aplicação de recursos nas áreas de educação e saúde. Pode-se evidenciar graficamente, confrontando-se os percentuais mínimos exigidos e os valores realizados pelo Município, conforme figura abaixo:

GRÁFICO 3 – DEMONSTRATIVO DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS x VALORES APLICADOS EM 2014



4. DESPESAS COM PESSOAL

A Lei Complementar 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, impôs aos entes da federação limites quanto aos gastos com pessoal. Para os municípios, o art. 19 da aludida norma, estabelece que o limite para despesas com pessoal seja de, no máximo, 60% da receita corrente líquida (RCL). Deste montante, o Poder Executivo municipal está autorizado a gastar 54% e o restante, de 6%, refere-se aos gastos do Poder Legislativo.

Durante o exercício de 2014, as despesas com pessoal do Poder Executivo do Município de Ibirubá, alcançaram o montante de **R\$ 17.906.354,07**. Para fins de apuração do percentual dos gastos realizados devem ser somados a este valor os dispêndios com pessoal efetuados pelo Instituto Municipal de Previdência e Assistência dos Servidores de Ibirubá-IMPASI, que foi de **R\$ 81.623,18**, totalizando uma despesa de **R\$ 17.987.977,25**. No mesmo exercício, a receita corrente líquida do Município foi de **R\$ 47.041.123,49**, o que produz um índice de despesas com pessoal de **38,24%**.

Cabe destacar que o índice apresentado foi calculado conforme metodologia do Tribunal de Contas do Estado – TCERS e que existe divergência com outros relatórios que utilizam a metodologia da Secretaria do Tesouro Nacional-STN.

Foram ressaltados neste relatório os principais aspectos da gestão financeira e econômica de 2014, estando esta municipalidade a sua disposição para esclarecer fatos que venham a ser necessários.

Ibirubá/RS, 20 de março de 2015.

CARLOS JANDREY
Prefeito Municipal

**VINÍCIUS FEISTEL
VALÉRIO**
Contador
CRC RS 078.637/O-4

**LILIAN NARA TREIN
LANDWOIGT**
Secretária de Fazenda